SINTRA + SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL

Programa Eleitoral 2025-2029

sintra.bloco.org sintra@bloco.org bloco.sintra

SETEMBRO DE 2025

Índice

Sintra: Por um concelho Mais Solidário e Sustentável 1

1. População e Território: Cidades, Vilas e Aldeias promotoras de bem-estar 3

1.1. População: o segundo maior concelho do País 3
1.2. Prioridade a uma nova política de habitação 4
1.3. Por um concelho sustentável, reduzir as emissões de CO_2, reduzir o betão, reabilitar o património, revitalizar o espaço urbano 7
1.4. Direito à mobilidade, direito a viver 14

2. Sintra Social e Solidária 19

2.1. Sintra Social 19
2.2. Sintra pela igualdade: intercultural e livre 21
2.3. Trabalho com direitos 22
2.4. Por uma Escola democrática, de e para todos e todas 23
2.5. Reforçar o acesso à saúde, promover a Saúde em Todas as Políticas 26
2.6. Segurança para toda a gente 29
2.7. Um município comprometido com o bem-estar animal 30

3. Desporto e atividade física, cultura e turismo 32

3.1. Desporto, atividade física e de lazer 32
3.2. Cultura: Dar mais vida ao Município 33
3.3. Turismo: transformar a vida defendendo paisagens 36

4. Participação e Transparência 39

4.1. Mais transparência contra os interesse instalados 39
4.2. Empresas Municipais 41
4.3. Organização administrativa do território 41
4.4. Transferência de Competências - Descentralização 42

Um programa para fazer a diferença 43

Siglas e Acrónimos

AUGI - Área Urbana de Génese Ilegal
ARU - Área de Reabilitação Urbana
CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CP - Comboios de Portugal
EMES - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra
GEE - Gases com Efeito de Estufa
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
ONG - Organização Não Governamental
PDM - Plano Diretor Municipal
PAESC - Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima
PNSC - Parque Natural de Sintra-Cascais
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência
PSML - Parques de Sintra - Monte da Lua
RAN - Reserva Agrícola Nacional
REN - Reserva Ecológica Nacional
RASI - Relatório Anual de Segurança Interna
SNS - Serviço Nacional de Saúde

Sintra: Por um concelho Mais Solidário e Sustentável

Os mandatos autárquicos que forem confiados ao Bloco de Esquerda serão exercidos com espírito de serviço à população, com um firme compromisso com os direitos sociais e culturais, com os direitos laborais, com a defesa intransigente da liberdade, com os direitos humanos e a luta antirracista, com a igualdade de género e com os direitos LGBTQIA+, com o respeito pela diversidade de culturas e pelos direitos das várias gerações e das pessoas com deficiência, com a defesa do ambiente e do bem-estar animal, com uma cultura democrática promotora da transparência e da participação.

O momento que atravessamos é marcado, a nível mundial, pela viragem à direita, pelo cercear da liberdade e por guerras opressoras dos direitos dos povos. Se no ciclo autárquico passado nos debatíamos com a crise pandémica da Covid-19, agora enfrentamos a ascensão da extrema-direita e das autocracias disfarçadas sob o ideal da democracia, o modelo económico da xenofobia, a rejeição do outro, o enfraquecimento da solidariedade e do Estado social. O aumento do custo de vida, dos bens essenciais e da habitação, impulsionados pelo neoliberalismo, deixa para trás quem mais precisa. Muitas destas pessoas vivem no concelho de Sintra. Os baixos rendimentos e a precariedade laboral e habitacional que afetam parte da população, a sobrelotação dos transportes, por falta de equipamentos ou por má gestão, têm conduzido a situações desumanas.

A governação autárquica do Partido Socialista na Câmara de Sintra e na maioria das freguesias, apesar de alimentada por uma narrativa com amplas referências ao debate público, tem sido marcada por pouco diálogo com a população e com as forças da oposição e pela pouca abertura para a participação dos e das munícipes.

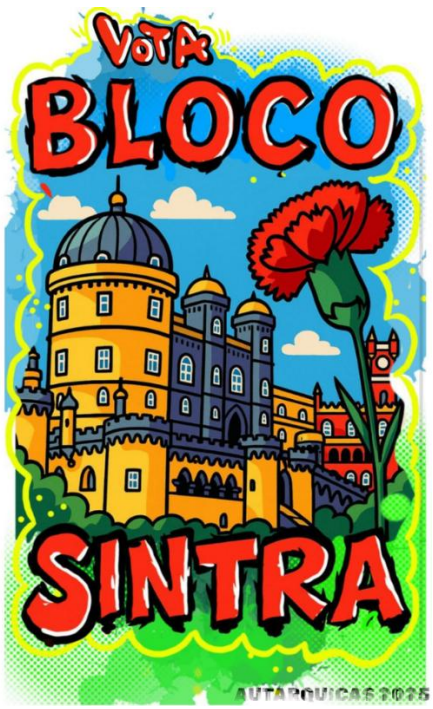
A isto soma-se a ausência de soluções estruturadas em áreas fundamentais que, apesar de se perfilarem como respostas aos anseios da população e de geralmente serem apresentadas com pompa e circunstância, são na realidade muito parcas. Ao cabo de 12 anos de governação socialista, avolumou-se a crise da habitação, o plano de mobilidade sustentável permanece um projeto por aprovar, a limpeza urbana mantém graves insuficiências que têm sido desvalorizadas.

O Bloco de Esquerda assume a responsabilidade de se apresentar como alternativa neste que é o segundo concelho mais populoso do país, com cerca de 400 mil pessoas. A melhoria da qualidade de vida nas cidades, vilas e aldeias do município constitui, por isso, uma importante linha de defesa contra a crise socioeconómica que o país enfrenta. Garantir habitação digna e acessível, melhorar a mobilidade urbana e os transportes públicos, responder ao desafio climático, reforçar a limpeza do espaço público, garantir o acesso à cultura e à educação, e tornar as cidades, vilas e aldeias promotoras de bem-estar, são as ações prioritárias das candidaturas do Bloco de Esquerda.

Em Sintra, o Bloco de Esquerda tem sido a voz da defesa de um projeto alternativo para o município, um projeto de progresso social e ecológico, alicerçado na democracia participativa e em serviços públicos de qualidade. Defendemos um modelo de desenvolvimento menos dependente do turismo, que rompa com a precariedade laboral e inove na resposta aos desafios da sustentabilidade ambiental e da transição energética.

Nas eleições autárquicas de 2025, pretendemos ampliar o espaço dessa alternativa, construindo em conjunto com milhares de pessoas este projeto comum. Desta forma, daremos continuidade a mais de duas décadas de trabalho local, feito em diálogo e aprendizagens partilhadas, com populações, comissões de moradores e associações locais. Queremos reforçar a esquerda social e política no concelho de Sintra e contribuir para políticas que não deixam ninguém para trás.

Queremos **um concelho para viver bem!** Queremos **Sintra mais solidária e sustentável!**



1. População e Território: Cidades, Vilas e Aldeias promotoras de bem-estar

1.1. População: o segundo maior concelho do País

Sintra é o segundo maior concelho do país em termos de população. A maior parte da população residente concentra-se nas freguesias do corredor urbano Queluz/Portela, ao longo da linha ferroviária de Sintra e dos eixos rodoviários IC19 e A16.

Repor o equilíbrio social e ecológico deste território é um grande desafio. A grande concentração populacional é acompanhada de heranças de um crescimento urbano desenfreado, que desumanizou as cidades e vilas. O concelho de Sintra tem de ser mais do que um dormitório ou uma atração turística. Queremos cidades, vilas e aldeias vivas: onde os residentes tenham acesso ao trabalho, ao lazer e ao comércio de proximidade, onde possam desfrutar de atividades culturais e desportivas, com serviços públicos adequados às necessidades da população. Queremos bem-estar e qualidade de vida para toda a gente. Para isso é preciso apostar num modelo de desenvolvimento gerador de emprego no concelho, reduzindo os movimentos pendulares entre as nossas localidades e Lisboa.

Este é um concelho com uma população jovem e onde se misturam pessoas que aqui nasceram, pessoas com raízes em vários pontos do país e comunidades de origem migrante. A energia desta população jovem e desta diversidade cultural não está a ser devidamente potenciada. Faltam creches e respostas sociais para a ocupação dos tempos livres das crianças e dos jovens. Falta uma política cultural, social e económica que reconheça a riqueza cultural. E faltam também respostas de apoio à autonomia e ao envelhecimento ativo. A maior riqueza do concelho são as pessoas que o habitam e nele estudam e trabalham, cabendo à autarquia promover todas as iniciativas necessárias para fixar esta população, quer a nível profissional, quer escolar, contribuindo, em simultâneo, para dinamizar o território e reduzir os movimentos pendulares na Área Metropolitana de Lisboa.

1.2. PRIORIDADE A UMA NOVA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

A proporção da habitação pública no concelho de Sintra está abaixo da média nacional. Mesmo a média nacional (2% da habitação) está muito abaixo das necessidades e das boas práticas de outros municípios da nossa dimensão à escala europeia.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação identificam a Habitação como uma área prioritária de investimento. Por isso, o município de Sintra não se deve guiar pelos mínimos, mas tirar o maior partido dos programas e dos fundos disponíveis na área da habitação.

A execução da Estratégia Local de Habitação, aprovada em janeiro de 2022, e desde o início limitada no seu alcance, tem sido pouco transparente e as suas metas foram revistas em baixa. Se fosse cumprida em pleno, cenário que parece pouco provável, o concelho de Sintra estaria no ano 2026 dentro da média nacional, isto é, muito aquém do necessário.

As necessidades reais de habitação do concelho continuam por apurar. É do conhecimento geral que as casas sobrelotadas, partilhadas por múltiplas famílias e em espaços que não reúnem condições de habitabilidade e de salubridade, são uma realidade do nosso território, que enche os bolsos de exploradores pouco escrupulosos. Muitas trabalhadoras e trabalhadores não ganham o suficiente para pagar mais do que um quarto, por causa dos baixos salários e das rendas elevadas. Migrantes e pessoas sujeitas a precariedade laboral e trabalho informal são invariavelmente as mais afetadas.

Cabe à Autarquia assumir o desígnio de regular o mercado através da ampliação do seu parque habitacional. Disponibilizando mais habitação pública e a custos controlados para todos os segmentos da população (e não apenas para os mais carenciados), irá pressionar os preços de mercado para baixo, de que toda a gente beneficiará.

A construção tem sido apresentada como uma necessidade e uma urgência, usada como justificação para fazer passar uma nova lei dos solos, sem atender ao necessário equilíbrio entre solo urbano e solo rústico. O PDM de Sintra permite construir e há muito terreno expectante, esperando investimento de privados. A necessidade de habitação não deve abrir espaço a construção massiva, sem qualidade e com potencial de delapidar recursos naturais e de construir bairros que fomentam

a exclusão social, perpetuando erros do passado. Também não podemos aceitar que esta necessidade seja usada para justificar construção que, na realidade, não será a preços acessíveis e não servirá quem mais necessita.

De acordo com os Censos 2021, existem cerca de 17 000 casas vagas no concelho de Sintra. Parte destas casas pode, certamente, voltar ao mercado, devendo a Câmara adotar medidas para incentivar essa disponibilização.

Para sair da crise da habitação, propomos:

- Levantamento das reais carências e necessidades de habitação no concelho.
- Como resposta imediata, implementar um **programa de subsídio de apoio ao arrendamento** para agregados familiares que despendem mais de 30% do seu rendimento na renda da casa.
- Aquisição imediata, no âmbito do PRR e, sempre que possível recorrendo ao mecanismo de direito de preferência, do número de fogos correspondente às necessidades já identificadas.
- Plano de aumento do parque habitacional público para níveis superiores à média nacional, através da aquisição e da reabilitação de fogos devolutos ou outros que possam ser adquiridos, mediante acordo voluntário, e da construção de novos fogos (dentro do atual perímetro urbano e sem criar guetos).
- Mapeamento de edifícios públicos devolutos ou sem utilização e mobilização imediata dos mesmos para habitação a custos controlados.
- Programa de recuperação das casas devolutas ou em degradação avançada com o seu lançamento no mercado de arrendamento e/ou venda a custos controlados, criando apoios aos proprietários para as obras e redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), e aumentando a taxa fiscal sobre as que permaneçam devolutas.
- Definição de uma quota para habitação pública municipal ou habitação a custos controlados em todas as novas construções habitacionais de iniciativa privada.
- Programa de relocalização de serviços públicos e negócios privados atualmente a funcionar em fogos residenciais para lojas ou outras instalações próprias e consentâneas com a sua utilização, colocando esses fogos no parque de habitação a custos controlados mediante incentivos (no caso dos privados).
- Moratória a novos licenciamentos de alojamento local em zonas do município onde a pressão do turismo é crescente e implementação de programa para reconversão de alojamento local em habitação.

- Reforço do apoio ao arrendamento jovem, quer através de programas de apoio ao pagamento das rendas, quer lançando no mercado casas de renda acessível que irão também pressionar o próprio mercado de arrendamento.
- Implementar benefícios fiscais para arrendamento de longa duração previstos no Código do IMI e nunca aplicados em Sintra.
- Criar condições para que a majoração do IMI de casas devolutas seja implementada no concelho, pois apesar de ser aprovada todos os anos não tem sido levada à prática.
- Requalificação dos bairros municipais degradados e dos bairros das cooperativas de habitação económica.
- Reforço do programa Reaviva Sintra destinado a obras de conservação e reabilitação de casas, com aumento de verbas e adiantamento pela autarquia de pelo menos parte do investimento, alargamento do tipo de obras (por exemplo, reparação e modernização de canalização) e do território abrangido (não apenas ARUs), desburocratização dos processos e designação de funcionário/a de acompanhamento para cada processo.
- Reforço da fiscalização de obras particulares, dando especial atenção ao cumprimento das normas urbanísticas e de segurança, ao planeamento da gestão de resíduos, à qualificação energética dos edifícios e a situações em que possa estar a haver mudança de tipologia habitacional para arrendamento ou sub-arrendamento.
- Criação de um gabinete municipal de apoio jurídico gratuito para situações de despejo e de mecanismos de denúncia e proteção contra abusos no mercado de arrendamento.
- Garantia de que não são realizados despejos de habitações municipais sem que haja alternativas imediatas de alojamento digno e comportável pelas famílias.
- Criação de um gabinete de gestão do parque público habitacional, com núcleos descentralizados em cada bairro municipal, que permita a gestão partilhada e a corresponsabilização de moradores e de representantes da autarquia.
- Criação de Conselhos Locais de Habitação, como previsto na Lei de Bases da Habitação, garantindo participação efetiva de associações de moradores, movimentos sociais e entidades técnicas na definição das políticas habitacionais.
- Criação de Observatórios Municipais de Habitação e de Política de Solos, com mandato para recolher, tratar e publicar dados sobre carência habitacional, preços de mercado, pressão turística e ocupação urbana, promovendo políticas baseadas em evidência.

A autarquia deve garantir o acesso a habitação digna e primar pelo cumprimento da Lei de Bases da Habitação e dos objetivos do Primeiro Direito: o parque habitacional público para perfazer 5% do total de fogos e baixar a taxa de sobrecarga de despesas com habitação no regime de arrendamento para menos de 27%.

1.3. Por um concelho sustentável, reduzir as emissões de CO_2, reduzir o betão, reabilitar o património, revitalizar o espaço urbano

A crise climática é uma das marcas do nosso tempo, patente em sucessivos fenómenos meteorológicos extremos e em maior probabilidade de incêndios. O nosso concelho, dado o seu património natural e a dimensão territorial e populacional, tem a responsabilidade de contribuir com políticas locais que promovam a redução da emissão de gases com efeito de estufa (GEE) e a transição para um modelo de desenvolvimento mais justo do ponto de vista social e climático. O Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) do município, aprovado ao cair do pano da governação do Partido Socialista, é pouco ambicioso no que respeita ao compromisso com os transportes públicos e a mobilidade sustentável, com a economia circular, com um urbanismo e espaço público respeitadores do ambiente e com o envolvimento das comunidades na transição energética.

1.3.1. Um Plano Municipal para a Emergência Climática

O Bloco de Esquerda propõe uma política municipal que assuma verdadeiramente o compromisso de combate às alterações climáticas:

- Campanhas de sensibilização das e dos munícipes sobre a emergência climática.
- Plano de Ação Social e Climática que efetue o mapeamento das zonas mais vulneráveis ao calor urbano, pobreza energética e défice de espaços verdes e arborização.
- Programa de monitorização da redução das emissões de dióxido de carbono e de outros GEE, de modo a que Sintra atinja em 2030 uma redução de pelo menos 55% das emissões de GEE, conforme proposto pelo Parlamento Europeu.
- Incorporação de critérios ecológicos em todos os procedimentos municipais de contratação pública, que devem ter um peso não inferior ao critério de custo na decisão de adjudicação.

- Definição de critérios de compra de bens e serviços por parte dos órgãos autárquicos que privilegiem a escolha de materiais reutilizáveis ou, caso não seja possível, recicláveis, e aparelhos com maior longevidade ou reparação fácil, para reduzir a produção de resíduos.
- Novas políticas de urbanismo e de mobilidade (ver 1.4).

1.3.2. MAIS ESPAÇOS VERDES, MELHOR URBANISMO, MELHOR ESPAÇO PÚBLICO

Apesar da tendência de redução da construção e do licenciamento na última década, nos últimos anos tem crescido a pressão para construir. A nova lei dos solos é uma ameaça acrescida sobre a rede ecológica e agrícola, que o Bloco propôs afastar em sede da Assembleia Municipal de Sintra, não tendo sido acompanhado pelos partidos da direita.

Ao crescimento urbano e à destruição dos espaços verdes que marcaram as últimas décadas, respondemos com a necessidade de uma política urbana responsável e planeada, orientada pela valorização dos espaços naturais e a requalificação urbana em detrimento do aumento da construção. Esta política urbana de futuro passa pela participação das populações na identificação das suas necessidades e prioridades e não na contínua subjugação aos interesses especulativos imobiliários que continuam a pressionar o concelho.

Assim, o Bloco de Esquerda bater-se-á por:

- **Defesa do fim dos direitos adquiridos**, com a revogação de alvarás para construção caducados, como forma de inverter, de vez, o ciclo do betão.
- **Reforço da estrutura de corredores verdes prevista para o espaço** entre as cidades de Queluz e Agualva-Cacém, Agualva-Cacém e Rio de Mouro, Rio de Mouro e Algueirão-Mem Martins, e entre Algueirão-Mem Martins e Sintra.
- Sem prejuízo para a ampliação do parque habitacional público (ver 1.2), **favorecer a reabilitação urbana em detrimento da nova construção** no corredor urbano que inclui as freguesias de Queluz, Massamá e Monte Abraão, Agualva e Mira Sintra, Cacém e São Marcos, Rio de Mouro, Algueirão-Mem Martins e Sintra.
- **Política de construção controlada nas restantes freguesias**, respeitando perímetros urbanos, enquadramento paisagístico, arquitetura tradicional saloia que ainda sobrevive em algumas aldeias, ecossistemas e a Rede Ecológica Nacional (REN) e a Rede Agrícola Nacional (RAN).

- **Diminuição da volumetria dos novos edifícios** e obrigatoriedade de construção de parqueamento interior.
- Alteração da regra do Plano Diretor Municipal (PDM) que permite construir de acordo com a cércea dos edifícios envolventes e que não pode continuar a ser usada como expediente para aumentar a volumetria de novas construções que, além de densificar áreas já muito pressionadas, destroem edifícios que, fazem parte da história dos lugares, mesmo não estando classificados.
- Implementação de normas de construção sustentável em toda a nova construção pública e privada, nomeadamente de isolamento térmico e de produção de energia renovável descentralizada, de sistemas de ventilação, de aproveitamento das águas pluviais e cinzentas.
- Reforço das intervenções de requalificação dos bairros municipais degradados e dos bairros de cooperativas de habitação económica e acompanhamento do realojamento, de modo a evitar a criação de novos guetos (ver 1.2).
- **Conclusão do processo de legalização das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI)**, com reforço de medidas para evitar o aparecimento de novos aglomerados sem licenciamento e sem infraestruturas.
- **Requalificação dos centros históricos**, monumentos e outros elementos de identidade das aldeias, vilas e cidades do concelho.
- Reforço do **programa de apoio à fixação de jovens nos centros históricos** requalificados, de modo a combater a desertificação, o que deve passar também por estimular e apoiar a criação de espaços culturais e de lazer.
- **Utilização de edifícios devolutos** para construção de equipamentos úteis, tais como bibliotecas, salas culturais e de espetáculos e estacionamento para moradores, preservando as características arquitetónicas, sempre que se justificar.
- **Promoção da construção de espaços públicos e equipamentos livres de barreiras** arquitetónicas que permitam o acesso de pessoas com deficiência, adaptando os equipamentos existentes para esse fim. Para isso, será fundamental a auscultação e colaboração das associações de deficientes nacionais e do concelho.
- **Mais e melhor mobiliário urbano** e equipamentos que permitam a fruição do espaço público, incluindo papeleiras, bancos e bebedouros.
- Conclusão do acesso à rede pública de água e esgotos no concelho.

- Combater e controlar a proliferação de antenas retransmissoras.
- Aumento das zonas verdes com a criação de novos parques urbanos, pequenos jardins e canteiros em áreas livres de passeio e plantação de árvores e arbustos por todo o concelho, tendo como preocupação quer a fruição humana, quer a defesa da biodiversidade.
- Criação de sebes entre os passeios e vias rodoviárias, que sirvam de barreira sonora e de barreira entre os peões e os gases de escape dos veículos.
- Substituição de espécies vegetais, nomeadamente de relvados, por espécies mais resilientes e menos consumidoras de recursos hídricos.
- Controlo de vegetação sem recurso a fitofármacos.
- **Preservação do Parque Natural de Sintra-Cascais** (PNSC) com: controlo da construção em toda a sua área, obrigando ao respeito da legislação em vigor, quer nacional quer a resultante de acordos internacionais; reforço das medidas que garantam redução do fluxo automóvel, criação de percursos pedestres, ciclovias e que privilegiem o transporte coletivo, nomeadamente o elétrico.
- Criação de um **Centro de interpretação do PNSC**, investindo na identificação adequada da flora, fauna e do património geológico, monumentos edificados, áreas de lazer e percursos pedonais; investir também num programa de combate aos infestantes e de defesa da flora e fauna autóctones e em medidas de emergência para a preservação do património geológico, nomeadamente as pegadas de dinossauros da Praia Grande, a Tholos da Praia das Maçãs e sua área envolvente.
- **Preservação da Serra da Carregueira,** classificando-a como área para a conservação da natureza, proibindo loteamentos e urbanizações fora dos perímetros urbanos.
- Criação do **Parque Natural e Cultural da Ribeira de Carenque** na zona envolvente da barragem e aqueduto romano e começo do Aqueduto das Águas Livres, criando um núcleo museológico e recuperando estes monumentos; criação de um **Parque Temático em Carenque** com núcleo museológico sobre a evolução geológica da terra, envolvendo as pegadas de dinossauros e a galeria coberta de Carenque (necrópole neolítica com cerca de cinco mil anos); a preservação real e integral da área natural dos Lapiás da Granja dos Serrões e de Negrais e da sua envolvente.
- **Requalificação e preservação do Alto de Colaride**, da sua fauna e flora, e conservação dos vestígios históricos aí existentes que remontam aos períodos romano e medieval, incluindo pedreiras, sistemas de captação de água, grutas e formações rochosas de interesse geológico

- **Preservação da área hortícola** de Almargem do Bispo, assim como das várzeas de Sintra e Colares, defendendo a região demarcada do vinho de Colares e a casta Ramisco, *ex-libris* da viticultura sintrense.
- **Conservação da orla costeira**, com investimento na área da segurança das arribas e dos equipamentos e espaços de lazer.
- Preservação e revitalização das quintas de Belas.
- Reforço dos **apoios à agricultura biológica**, e ecologicamente sustentada, através da dinamização de um mercado biológico, da criação de um mercado itinerante pelo concelho e de apoios técnicos aos pequenos agricultores que adotem estas técnicas.
- **Reforço da rede municipal de hortas urbanas e jardins** plantados pelos/as munícipes, através de estruturas de acompanhamento técnico e de concursos.
- Criação de uma rede de **quintas pedagógicas** que caracterizem a vida agrícola do concelho.
- **Promoção da limpeza e proteção das ribeiras** e rios do concelho, acabando com a construção em leito de cheia, penalizando os responsáveis pelas descargas poluentes e apoiando a participação de grupos de cidadãos na sua monitorização e recuperação.
- Ordenamento das zonas industriais e criação de políticas de incentivos à deslocação para estas zonas de empresas que hoje têm oficinas e estaleiros em zonas habitacionais.
- **Os parques industriais municipais a criar devem ser dotados de infraestruturas que respeitem a legislação nacional e europeia**, nomeadamente no que concerne ao impacto ecológico, e devem procurar a fixação de empresas não poluentes e que assumam o compromisso social com o município de, no futuro, não deslocalizarem os seus serviços.
- Combate às lixeiras, sucateiras e depósitos ilegais.
- Adesão ao Programa Cidades Amigas das Crianças da UNICEF.

O histórico de ativismo ambientalista do Bloco de Esquerda e a sua atuação no concelho de Sintra são coerentes com os princípios e propostas enunciadas neste programa, assumindo-se que serão não apenas o orientador dos eleitos e eleitas bloquistas no mandado de 2025-2029 como também o quadro de referência para a reflexão e para enfrentar uma putativa revisão do PDM ou de outros instrumentos de ordenamento do território.

1.3.3. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E AMBIENTAL EM PARCERIA COM OS AGENTES LOCAIS

Um plano de sustentabilidade consegue-se com o envolvimento de todos os agentes. O Bloco olha para as empresas e para o comércio local como agentes de mudança, que devem contribuir e simultaneamente beneficiar de uma economia sustentável. Nesse sentido, defendemos:

- Promoção da economia circular, começando pelo levantamento das necessidades de matérias-primas e da produção de resíduos junto das indústrias existentes no concelho, com vista ao estabelecimento de iniciativas de aproveitamento circular.
- Implementação do Sistema de Depósito com retorno das embalagens descartáveis no comércio local.
- Incentivo ao comércio local na transição para a venda a granel.
- Campanha para a redução drástica do uso de plásticos e embalagens, nomeadamente nas iniciativas públicas, junto do comércio local e das grandes superfícies.
- Incentivos destinados quer a empresários quer a particulares para a reparação e recuperação de bens, como eletrodomésticos e equipamentos eletrónicos, mobiliário e vestuário.
- Alargar o aproveitamento de alimentos sobrantes junto de explorações agrícolas, cantinas e estabelecimentos de restauração do município, direcionando-os para famílias com carência alimentar e reduzindo o desperdício.

1.3.4. MAIS LIMPEZA URBANA E MELHOR TRATAMENTO DOS RESÍDUOS

A insuficiente higiene dos espaços públicos é uma das principais queixas dos e das munícipes, constituindo uma ameaça à saúde pública. O crescimento populacional e o modelo económico capitalista, guiado pelo lucro em detrimento das pessoas e do planeta, tem conduzido ao aumento crescente de resíduos que acabam em aterro. Os custos ambientais e financeiros são brutais. Acresce que o aterro que recebe os resíduos do concelho está no limite da capacidade. Com apenas 16% de recolha seletiva, o município falhou a meta europeia de 55% de recolha seletiva de resíduos para reciclagem em 2025. O Bloco de Esquerda defende:

- Melhoria da eficácia da recolha de resíduos em todo o município, com reforço dos circuitos de recolha, estudo e implementação da modalidade de recolha porta a porta onde for possível,

ações de sensibilização e reforço da política de separação.

- Recolha de resíduos indiferenciados pelo menos uma vez por dia e duplicar a recolha de diferenciados (que atualmente é de uma a duas vezes por semana).
- Acelerar e alargar a substituição dos contentores de resíduos por contentores de resíduos de depósito enterrado.
- Melhoria substancial da higiene do espaço público, reforçando equipas, equipamentos e circuitos de limpeza.
- Aumentar e melhorar a rede de ecopontos, com reforço da separação na origem e aumento do número de pontos de recolha seletiva de vidro, papel, plásticos/embalagens, óleos alimentares usados, pilhas e material eletrónico, elétrico e digital, devidamente acompanhado de campanhas regulares de sensibilização ecológica dirigidas à população, nomeadamente através de ações a desenvolver junto de escolas, comércio e no espaço público.
- Expandir a recolha seletiva de biorresíduos, que ainda não é do conhecimento de parte significativa das e dos munícipes, através de campanhas de divulgação porta a porta e em escolas, comércio e eventos públicos, e melhorar o serviço de entrega de contentores e de sacos verdes.
- Campanhas de informação sobre compostagem e distribuição gratuita de compostores domésticos aos e às munícipes.

1.3.5. UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Queremos cidades, aldeias e vilas mais limpas e saudáveis, menos dependentes de combustíveis fósseis. Para concretizar a transição energética de forma justa em Sintra, é necessário:

- Traçar um plano para que a frota automóvel da Câmara e serviços municipais passe a ser 100% elétrica ou movida a combustível de fontes renováveis, incluindo as novas aquisições de veículos, independentemente do seu regime de locação.
- Defender a transição de todos os transportes públicos para elétricos ou a hidrogénio (desde que o mesmo seja proveniente de eletricidade verde e de fontes de água de recuperação, como as ETAR), incluindo os detidos por empresas privadas.
- Fomentar uma maior independência energética do concelho, com a instalação de painéis solares nos telhados para geração de energia (não apenas para aquecimento de águas) e ligação à rede

energética, assumindo uma aposta séria e efetiva na produção de energia proveniente de fontes renováveis, reforçando o apoio antecipado (não mediante reembolso) a programas de eficiência energética e o surgimento de associações de moradores e cooperativas que produzam energia para autoconsumo.

- Criação de telhados verdes em todos os edifícios municipais onde tal seja possível, para redução de consumo energético em climatização dos edifícios.
- Apoio municipal para a criação de Comunidades de Energia Renovável.

1.4. Direito à mobilidade, direito a viver

Todos os dias, milhares de pessoas deslocam-se no interior e para fora do concelho para trabalhar, estudar ou em atividades de lazer. No entanto, o crescimento urbano e demográfico registado nas últimas décadas não foi acompanhado por um crescimento sustentado na oferta de transportes coletivos ou de infraestruturas que facilitem esta circulação.

Uma política que favoreça a mobilidade deve passar por um planeamento urbano que impeça a concentração populacional e pelo reforço e melhoria dos transportes coletivos, de modo a desincentivar a utilização do automóvel particular. Com um terço das emissões de GEE provenientes dos transportes, em Portugal, sobretudo do transporte individual, é a política de mobilidade a maior ferramenta nos territórios para reduzir as emissões, retirando automóveis da estrada e incentivando a mobilidade suave e coletiva. O passe único e a custo mais reduzido, finalmente implementado em 2019, foi um passo fundamental para a política de transportes da Área Metropolitana de Lisboa. É agora necessário apontar a um objetivo mais ousado e mais responsável: o transporte público gratuito para quem vive, trabalha e estuda na Área Metropolitana de Lisboa. Esta é uma medida que precisa de ser defendida à escala intermunicipal e governamental. A redução das emissões de GEE a nível nacional e uma política social e ecologicamente justa assim o exigem.

Após vários anos a marcar passo, a reorganização da Carris Metropolitana em 2022-23 trouxe uma oferta mais abrangente. No entanto, o serviço está ainda muito aquém das necessidades dos cidadãos e cidadãs, que reclamam alargamento de horários, maior frequência de autocarros, mais carreiras e percursos mais rápidos, bem como uma ligação intermodal mais ágil.

À Autarquia compete garantir a mobilidade enquanto direito de cidadania e imperativo ambiental, através de um correto planeamento territorial e de um compromisso sólido com o desenvolvimento da rede de transportes públicos a preços acessíveis, que responda às necessidades da população e que seja uma alternativa ao transporte individual. O Município de Sintra deve bater-se pela melhoria dos transportes e caminhar para a sua gratuitidade à escala da Área Metropolitana de Lisboa.

1.4.1. POR UM SERVIÇO FERROVIÁRIO PÚBLICO E DE QUALIDADE

O comboio é fundamental para a mobilidade no concelho e para a vida de toda a região de Lisboa, servindo diariamente centenas de milhares de utentes.

A falta de material circulante e os equipamentos degradados continuam a causar supressões e atrasos frequentes, degradando os serviços da CP. A qualidade dos serviços nas estações e os horários praticados também devem ser objeto de melhoria.

O Bloco de Esquerda continuará a bater-se pela manutenção da CP na esfera pública e por um forte investimento no setor ferroviário, para que o comboio e o elétrico se afirmem como alternativas económicas e ecológicas. Nesse âmbito, os e as autarcas do Bloco de Esquerda comprometem-se a:

- Defender junto da CP mais e melhores comboios para os e as utentes da Linha de Sintra.
- Reivindicar maior frequência de comboios dentro e fora da hora de ponta, e alargar o horário no período noturno.
- Retomar os comboios semi diretos para Lisboa.
- Promover um reforço da oferta de comboios na linha de Sintra que não fique dependente da remodelação da linha de cintura, sendo necessário estudar opções que tirem melhor partido do troço quadruplicado entre Cacém e Benfica, da ligação ao Rossio e de uma possível ligação a Alcântara, fazendo interface com a rede de autocarros e com o Metro de Lisboa.
- Propor a realização de mais dois comboios por hora até ao Rossio ao fim de semana: um partindo da estação de Sintra e o outro de Mira Sintra-Meleças (o que não obriga ao aumento do material circulante).
- Garantir que a requalificação da Linha do Oeste é rapidamente executada e que, depois de

concluída, terá uma oferta que estimule a procura e sirva as necessidades das populações que vivem neste eixo.

- Estabelecer uma ligação ferroviária/de elétricos rápidos entre a linha de Sintra e a linha de Cascais.
- Ampliação da oferta de **carruagens para transporte gratuito de bicicletas** nos comboios, possibilitando o seu transporte a todas as horas.

1.4.2. AS ESTRADAS E O ESTACIONAMENTO

Num concelho em que a mobilidade assenta fortemente no transporte individual e altamente dependente do IC19, o elevado tráfego nesta via e dentro das cidades e vilas constitui um sério entrave a quem vive, estuda e trabalha em Sintra, traduzindo-se em centenas de horas anuais perdidas em deslocações. Só a aposta no transporte público coletivo permite libertar do trânsito e garantir a sustentabilidade ambiental. Mas é indiscutível que a política de mobilidade também tem de incluir medidas direcionadas ao descongestionamento do trânsito, tais como

- Conclusão de algumas das infraestruturas rodoviárias, nomeadamente o eixo N9/IC30, das circulares poente e nascente ao Cacém, de algumas variantes para retirar transito de localidades ou o novo acesso ao hospital de Sintra.
- Revisão política de portagens da A16, orientada para soluções para retirar trânsito dos centros das nossas cidades e vilas.
- Revisão dos circuitos de circulação no interior dentro de algumas localidades, com criação de sentidos únicos, zonas de velocidade reduzida e de emissão zero.

A insegurança rodoviária é um problema no concelho de Sintra. Deve haver uma aposta séria na prevenção, nomeadamente através de campanhas específicas e da adoção de medidas para diminuição dos riscos associados a alguns trajetos mais problemáticos: guias sonoras, lombas, semáforos, barreiras protetoras ou limitação da velocidade.

A existência de carros abandonados na via pública e o estacionamento abusivo e irregular continuam a ser um problema do município, assim como a inexistência de corredores dedicados a transportes públicos. É necessário dotar a polícia municipal de uma divisão de trânsito com meios humanos e materiais para promover a regulação do trânsito e do estacionamento.

Falta criar uma resposta ao número crescente de veículos elétricos, com a instalação de uma rede

municipal de postos de carregamento, abrangendo áreas residenciais e parqueamento nas zonas modais.

É necessário criar alternativas e incentivos para que o uso do automóvel privado deixe de ser a primeira opção ou a opção necessária. Os bairros e os equipamentos públicos devem dispor de bolsas de estacionamento e devem ser melhoradas as ligações através de mobilidade suave e de transportes públicos, para uma melhor mobilidade urbana.

1.4.3. O Plano Municipal de Mobilidade tornado realidade

O plano municipal de mobilidade é uma reivindicação do Bloco e uma promessa da Câmara Socialista, mas que tarda em ver a luz do dia. Após uma parca e pouco divulgada oportunidade para discussão pública, o documento existente pouco mais faz do que um diagnóstico do território, e iniciamos um novo ciclo autárquico sem um plano de mobilidade aprovado.

Para o Bloco de Esquerda, a mobilidade tem de ser encarada como um direito democrático dos cidadãos e cidadãs e um elemento estruturante da sustentabilidade ambiental de toda a região. É este o ponto de partida para estruturar soluções de curto, médio e longo prazo para o concelho, tais como:

- Melhoria das condições que garantem a mobilidade pedonal no concelho, com o reforço da sinalização, introdução de semáforos e lombas e redução da velocidade de circulação nas zonas residenciais e zonas de maior afluência, como zonas comerciais e com equipamentos de lazer.
- Criação de uma rede de percursos pedonais e ampliação da rede de ciclovias, facilitadoras da mobilidade suave. Os atuais troços que fazem coincidir as ciclovias com os percursos pedonais devem ser corrigidos para garantir segurança e o completo usufruto dos equipamentos.
- Compatibilização/articulação dos horários entre diferentes meios de transportes, criando ligações entre eles, facilitando transbordos e reduzindo tempos de espera.
- Ampliação da **rede de mini-autocarros não poluentes dentro de cada freguesia,** disponíveis com maior incidência nas horas de ponta, ligando os bairros ao comércio local, serviços e estações de comboio.
- Estudo da criação de linhas de **elétricos rápidos** nos principais aglomerados urbanos do município, de modo a garantir a ligação das diferentes zonas residenciais às estações de comboio.

- Implementação de **transportes coletivos rápidos circulando em vias rodoviárias reservadas** que tirem melhor proveito da A16 e do IC19, de forma a retirar pressão rodoviária dos centros urbanos.
- **Alargamento do horário de funcionamento dos serviços noturnos de transportes públicos**, nomeadamente de autocarros e comboios, garantindo ligação ao primeiro e ao último comboio da CP.
- Disponibilização de uma rede municipal de bicicletas partilhadas.
- Construção de mais bolsas de estacionamento nas zonas residenciais, recorrendo a silos e estacionamento subterrâneo onde tal se justifique.
- Existência de **parques de estacionamento para automóveis e de parques para bicicletas gratuitos junto a todas as estações da CP**, a utilizar pelos cidadãos/ãs portadores/as de título de transporte válido e com lugares de estacionamento reservados a residentes.
- Instalação de postos de carregamento elétrico de veículos por todo o concelho, incluindo nas zonas residenciais e comerciais e parques de estacionamento junto a estações da CP.
- Programa municipal para incentivar a relocalização de escritórios e serviços instalados em garagens para lojas ou edifícios mais adequados, permitindo desta forma libertar áreas de estacionamento que hoje não estão a uso. Além de mediador entre proprietários e potenciais beneficiários da medida, a Câmara deverá definir o apoio para a mudança e promover a gestão dos novos espaços de estacionamento (venda a moradores ou integração na rede de parqueamento da EMES para arrendamento).
- Maior fiscalização e dissuasão do estacionamento abusivo e uma atuação mais eficaz na remoção de veículos abandonados da via pública.
- Introdução de radares e de outros mecanismos para contenção da velocidade em algumas das vias mais movimentadas do concelho.

A aplicação destas medidas e o compromisso com a luta pela sua adoção pelo Governo devem ser eixos orientadores de um Plano Municipal de Mobilidade que, a médio e longo prazo, contribua para um novo paradigma, baseado no direito à mobilidade e na sustentabilidade ambiental.

2. SINTRA SOCIAL E SOLIDÁRIA

2.1. SINTRA SOCIAL

O quadro social que se está a desenhar é dramático e precisa de respostas públicas solidárias. Num país onde grassam os baixos salários e a precariedade, a recente crise da inflação e o aumento dos custos com bens alimentares e energia, a par com as rendas altas, põem em causa o direito à habitação e empurram milhares de pessoas para a ajuda alimentar.

O Bloco de Esquerda defende que a autarquia deve desempenhar um papel liderante na articulação das respostas dadas pelos seus serviços, redes sociais das freguesias, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), de modo a potenciar os recursos existentes e criar equipamentos e serviços de proximidade, que deverão também intervir de forma preventiva sobre a pobreza, o abandono escolar, as exclusões, as discriminações, a solidão ou a violência urbana.

À autarquia cabe adotar medidas que visem a promoção de políticas de proximidade que supram necessidades e injustiças, que promovam a integração e os direitos das diferentes comunidades e que abram oportunidades iguais para todas as pessoas.

Assim, o Bloco de Esquerda defende:

- Uma **política de habitação** que combata os efeitos nefastos da lei do arrendamento, da especulação imobiliária e da crise socioeconómica (ver ponto 1.2).
- Medidas de **apoio à economia local** com foco nas micro, pequenas e médias empresas.
- Reforço das respostas de ajuda alimentar a pessoas carenciadas, incluindo de alimentos confecionados.
- Ampliação da **rede de "lojas solidárias"** a todas as freguesias, que recolham roupas, mobílias, eletrodomésticos, material de ajudas técnicas e material informático, entre outros, e os distribuam às famílias carenciadas.
- Criação de **centros de acolhimento** para pessoas vítimas de pobreza extrema, em situação de sem abrigo e migrantes, que se encontrem sem possibilidade temporária de alojamento, passando a ser **acompanhados por programas para a respetiva reinserção social**.
- Rede pública de amas, creches, jardins-de-infância, ATLs, lares, centros de dia e apoio

domiciliário a idosos que dê resposta às necessidades da população e que crie postos de trabalho.

- **Serviço de Apoio às Pessoas Cuidadoras Informais**, que facilite apoio técnico, psicológico e formação para cuidadoras e cuidadores informais, dispondo ainda de uma bolsa de cuidadores que garanta a substituição temporária dos cuidadores informais para descanso e férias.
- **Programas de promoção do envelhecimento ativo,** promovendo a autonomia, a inclusão em atividades coletivas, a intergeracionalidade e pondo a experiência de vida em benefício das comunidades.
- Criação de um gabinete de coordenação de apoio a pessoas idosas, fazendo o levantamento sistematizado das suas necessidades, nomeadamente das pessoas em agregado unifamiliar, e articulando os vários recursos e respostas existentes no concelho (e os que se venham a criar).
- Reforço do sistema de transporte municipal gratuito, preferencialmente elétrico, para deslocações aos serviços de saúde e para distribuição de medicamentos.
- Expansão dos programas de formação para seniores para aquisição de competências e aumentar a literacia no uso das tecnologias de informação.
- Reforço do serviço gratuito de reparações domésticas, alargando a pessoas carenciadas independentemente da faixa etária.
- Apoiar a criação de uma Rede Pública de Lares, através da construção ou cedência de terrenos para construção de equipamentos de apoio aos idosos como lares, centros de dia e noite.
- Colaboração na deteção de lares ilegais e sem condições de dignidade.
- **Promoção da vida independente das pessoas com deficiência,** nomeadamente através do apoio à inserção profissional e ajudas técnicas.
- Combate às barreiras arquitetónicas.
- **Promoção da Língua Gestual Portuguesa** nas escolas, unidades de saúde e em todos os serviços públicos.
- Facilitação do acesso a documentos em *braille* e audiolivros através das bibliotecas municipais.
- **Criação de um gabinete de apoio às Associações e ONGs,** prestando informação e acompanhamento nos processos burocráticos e permitindo acesso a serviços especializados (como juristas e psicólogos).
- **Reforço do apoio à criação de emprego**, nomeadamente a iniciativas no campo da Solidariedade Social.

- Automatização da tarifa social da água, saneamento e resíduos.

2.2. SINTRA PELA IGUALDADE: INTERCULTURAL E LIVRE

As comunidades migrantes de Sintra constituem um potencial de cultura e diversidade que o município deve aproveitar, promovendo a partilha e o diálogo.

Entre as pessoas de origem migrante é frequente a limitação prática dos seus direitos, por não possuírem documentos. Essa cidadania limitada é um risco para a sua situação social e uma vulnerabilidade perante o crime organizado e patrões sem escrúpulos.

O Bloco de Esquerda luta por uma política de direitos iguais para todas e para todos. O acesso à cidadania por parte de todas as pessoas até hoje excluídas por leis injustas e o apoio à regularização da situação documental de todos e todas é a chave do acesso pleno a direitos básicos e inalienáveis.

O Bloco de Esquerda reconhece a diversidade cultural das comunidades migrantes como uma mais-valia para Sintra e para o país. Assim, defende um conjunto de medidas fomentadoras da igualdade, a par de outras medidas já apontadas:

- Garantir a não discriminação em todo e qualquer serviço público, dotando os serviços de mecanismos de atendimento promotores de igualdade e capacitando os funcionários.
- Concluir a elaboração do programa de acolhimento a migrantes, envolvendo a autarquia e associações e ONGs locais, que sinalize e apoie os migrantes recém-chegados no acesso a emprego, alojamento, saúde e educação e preste informação acerca de direitos e deveres.
- Expansão da rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIMs).
- R**ede de mediadores socioculturais** originários das várias nacionalidades e etnias que vivem no concelho que trabalhem na ligação entre estas comunidades e a sociedade de acolhimento, nas escolas, nos bairros e nos locais de pertinência conhecida.
- P**rograma de ensino gratuito da língua portuguesa** às pessoas migrantes.
- Programa de **ensino de línguas estrangeiras**, fazendo uso dos recursos humanos especializados existentes nas comunidades migrantes.
- Contratação de intérpretes e **formação dos recursos humanos dos serviços públicos** nas línguas necessárias ao contacto a com a população sintrense (nomeadamente Crioulo, Inglês, Francês,

Árabe, Farsi, Língua Gestual Portuguesa)

- Elaboração de um **novo Plano Municipal para a Igualdade**, considerando os contributos do plano anterior, envolvendo associações, ONGs e ativistas da área social, dos direitos humanos, das comunidades migrantes, feministas e LGBTQIA+.
- Criação de gabinetes municipais de atendimento, apoio e encaminhamento das vítimas de violência doméstica.
- Disponibilização de alojamento para vítimas de violência, nomeadamente violência de género e LGBTQIA+ e apoiar a sua autonomização.
- Assinalar os dias internacionais e nacionais que promovem a igualdade de direitos e combatem discriminações (8 de março, 25 novembro, 21 de março, 17 de maio, entre outros).

2.3. TRABALHO COM DIREITOS

A grande dimensão humana do município, a indústria transformadora, os serviços, o turismo ou a construção civil fazem de Sintra um lugar de trabalho, onde trabalhadores e trabalhadoras estão também sujeitos à desregulação dos mercados, à arbitrariedade dos patrões, à exploração da mão-de-obra indocumentada e à precariedade contratual.

A autarquia de Sintra está entre os maiores empregadores do concelho, circunstância que lhe confere uma maior responsabilidade na defesa dos direitos laborais. A existência de vínculos precários nas autarquias não é aceitável e esta é uma exigência pela qual as e os autarcas bloquistas continuarão a lutar.

A transferência de competências para os municípios na gestão do pessoal da carreira de assistente operacional, bem como os respetivos encargos remuneratórios, é de particular sensibilidade. O Bloco de Esquerda de Sintra exercerá o escrutínio necessário à natureza dos vínculos celebrados com estes trabalhadores e trabalhadoras e não deixará de exigir à administração central as responsabilidades devidas a estas pessoas.

O Bloco de Esquerda considera o trabalho com direitos inerente à dignidade de cada ser humano, cabendo ao município e a cada autarca a defesa destes valores. Num município solidário, não pode haver espaço para a exploração e para a precariedade laboral.

Não sendo a legislação laboral uma área de intervenção sob a responsabilidade direta das autarquias, os eleitos e eleitas do Bloco de Esquerda comprometem-se a:

- A **dar particular atenção às relações laborais existentes no concelho**, incluindo condições de trabalho, de deslocação e de alojamento de trabalhadores e trabalhadoras temporários e sazonais, procurando dialogar, auscultar e agir em convergência com quem trabalha e com as suas organizações.
- **A exigir do governo e do município o respeito pelos direitos do trabalho e a fiscalização e o cumprimento eficaz e eficiente das condições de trabalho**.
- A **defender leis laborais mais justas para quem trabalha**, no sentido do combate à precariedade e à exploração.
- A **lutar pela atribuição de subsídio de desemprego** para todas as pessoas que perderam o seu posto de trabalho.
- A **defender os trabalhadores e trabalhadoras das autarquias**, posicionando-se ao seu lado na luta por direitos justos e auscultando a sua opinião, bem como das suas organizações representativas.
- A exigir a incorporação de **critérios contra a precariedade laboral** na contratação pública de bens e serviços por parte do Município e a aplicação de um mecanismo que permita excluir de apoios públicos e benefícios fiscais ou isenções de taxas do município as entidades que recorram a trabalho precário.
- A lutar pela **regularização dos trabalhadores e das trabalhadoras dos órgãos autárquicos com vínculos precários**, incluindo o falso outsourcing de quem garante funções permanentes, reconhecendo-lhes a relação laboral e os direitos à proteção social e no trabalho.

As propostas inscritas neste programa seguem uma lógica de reforço da autarquia enquanto dinamizadora e autora de políticas sociais e de reabilitação urbana, bem como potenciadora dos recursos locais. Ao serem adotadas, tais medidas irão contribuir para a dinamização do mercado laboral e para a criação de oportunidades para o seu desenvolvimento.

2.4. Por uma Escola democrática, de e para todos e todas

O município de Sintra é um dos mais jovens do país e tem uma elevada percentagem de crianças e jovens em idade escolar. Dispõe de 20 agrupamentos de escolas, com 123 escolas em todo o território. Existem 88 estabelecimentos do pré-escolar, isto é, para crianças dos 3 aos 6 anos, mas não existe resposta semelhante para a faixa etária dos 0 aos 3 anos.

De uma perspetiva educativa abrangente, a primeira limitação do sistema educativo no nosso concelho é a carência de creches, uma falha que tem de ser corrigida pelo reforço da oferta, nomeadamente pela criação de oferta pública agora inexistente.

O segundo aspeto a realçar é a degradação do parque escolar. Embora se registem avanços e melhorias nas condições de algumas escolas, as situações de sobrelotação, insalubridade, pobreza energética ou falta de equipamentos, recursos e espaços adequados é realidade em muitas escolas, verificando-se demora na concretização de pequenas reparações ou das obras de requalificação e de construção pomposamente anunciadas.

Um terceiro aspeto a considerar numa estratégia de reforço da resposta educativa municipal é promoção do sucesso escolar. Sendo um problema reconhecido pela autarquia com a criação do Plano de Promoção do Sucesso Educativo do Município de Sintra, o Bloco de Esquerda defende que devem ser alocados mais recursos para promover o bem-estar e o desenvolvimento pessoal e social de crianças e jovens.

A autarquia deve ser líder na promoção e dignificação do ensino público de qualidade e no combate ao insucesso e abandono escolares, contribuindo assim para a prevenção de situações de risco. A educação é, além do mais, decisiva na luta pela coesão social e contra a injustiça das desigualdades existentes. Estas desigualdades, de acordo com numerosos especialistas desta área, constituem-se como um dos principais fatores de inibição do crescimento económico dos territórios, acabando por produzir retrocesso civilizacional e subdesenvolvimento. O futuro do nosso concelho irá, por isso, depender da qualidade do seu desempenho na redução da desigualdade social.

Mantendo o princípio da defesa da Gestão Democrática das Escolas e da sua autonomia sem subordinação ao município, o Bloco de Esquerda defende que o Município de Sintra deve tirar o melhor partido das suas atribuições atuais para promover a melhoria das infraestruturas escolares e assegurar que as escolas têm os recursos humanos e materiais de que necessitam. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda defende que o Município, através de meios próprios ou de reivindicação perante o Ministério da Educação, deve promover:

- O reforço dos projetos que afirmam a escola como espaço de inclusão das populações desfavorecidas e das comunidades migrantes, favorecendo a partilha de experiências, dando espaço à organização de workshops sobre as histórias das suas cidades e países ou da língua materna, promovendo a interculturalidade fundamental à coesão social;
- O direito à aprendizagem plena da língua portuguesa para todos os alunos e alunas, bem como para toda a comunidade migrante do município;
- A realização de ações de formação, para professores, assistentes operacionais e alunos sobre as temáticas da inclusão, educação sexual, ecologia e direitos humanos;

- Esforços para garantir o reconhecimento, reforço de contingentes e valorização do papel de assistentes operacionais e técnicos e demais profissionais não docentes nas escolas: psicólogos, mediadores, terapeutas, entre outros técnicos. Estes trabalhadores são fundamentais para o bom funcionamento das escolas, constituindo um importante alicerce comunidade escolar, e estão sujeitos a uma maior instabilidade, após a municipalização;
- O combate à precariedade do pessoal não docente, nomeadamente pelo reconhecimento de vínculos permanentes de assistentes operacionais, pessoal das cantinas e da limpeza, assistentes técnicos e pessoal que garante as Atividades de Enriquecimento Curricular e as atividades de Apoio à Família.
- Condições para a fixação de professores no concelho, através de alojamento a preços acessíveis ou de apoio a renda para professores deslocados.
- Criação de uma rede de creches públicas no município, através da construção de equipamentos ou de reedificação de parte das infraestruturas e do edificado propriedade da autarquia;
- Alargamento dos protocolos creche feliz com as creches do concelho que ainda não dispõem deste protocolo com vista a suprir as necessidades das famílias do concelho no curto-prazo que ainda não obtiveram vaga em creches para os seus filhos;
- Reforço das obras de alargamento e melhoria do espaço escolar, garantindo existência de edificado em condições e a melhoria do componente ambiental do edificado, de modo a melhorar o conforto térmico (aquecimento e refrigeração) e aumentar a produção de energia para autoconsumo.
- Melhoria dos mecanismos de articulação entre a autarquia e as escolas (direta ou via juntas de freguesia) de modo a tornar mais eficiente o programa de pequenas reparações, para agilizar a disponibilização de materiais pedagógicos e de equipamentos de apoio ao ensino, garantindo melhoria na sua qualidade, bem como o apoio a realização de atividades extracurriculares (como por exemplo transporte para visitas de estudo);
- A criação de soluções para alojamento académico, nomeadamente para responder às necessidades criadas pelo crescimento da oferta de ensino profissional e/ou superior no concelho.
- Transporte escolar em segurança, a cargo da autarquia, para todos os estudantes, dando especial atenção a quem reside em zonas locais mais afastados da escola. Articular esta oferta com o reforço da rede de transportes públicos em número de e frequência, por forma a que os

residentes de todo município tenha ligações rápidas, frequentes e confortáveis de e para as escolas ao longo de todo o dia.

- O reforço da rede pública de cantinas escolares do município, aprofundando medidas para promoção de hábitos alimentares saudáveis e de melhoria da qualidade dos alimentos. Deverá ainda ser feito um reforço das porções servidas às refeições e criados mecanismos para que as cantinas escolares possam servir de ponto de apoio alimentar a famílias carenciadas fora do horário e período escolar.
- O reforço dos mecanismos e recursos do Programa Escola Segura, que deve trabalhar em conjunto com os mediadores culturais de cada escola para ajudar a promover um ambiente escolar mais saudável, tolerante e inclusivo.
- A melhoria das valências no apoio aos alunos e alunas com Necessidades de Saúde Específicas (NSE), reforçando a formação de assistentes operacionais com funções de ação educativa e em articulação com as equipas de saúde escolar; melhorando as dinâmicas e aumentando os equipamentos e recursos. Criação de uma valência de apoio à família, fora da escola, para que estes alunos tenham atividades adaptadas no período de férias escolares;
- O reforço da resposta dos serviços de saúde em cada agrupamento escolar, disponibilizando apoio de proximidade que, em articulação com os serviços da Unidade Local de Saúde, permita responder às necessidades do dia a dia e desenvolver estratégias para acompanhamento e melhoria da saúde da comunidade escolar, bem como para sinalização e encaminhamento de situações que requeiram um acompanhamento mais especializado.
- O apoio ao desenvolvimento e reforço de programas e mecanismo especificamente orientados para a promoção da saúde mental da comunidade escolar, disponibilizando meios humanos e materiais para esse fim;

2.5. Reforçar o acesso à saúde, promover a Saúde em Todas as Políticas

Mais do que a mera ausência de doença e a manutenção de um quadro de bem-estar individual, a saúde deve ser encarada como um recurso para a vida das pessoas, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento social, económico das comunidades. Trata-se de uma importante dimensão da qualidade de vida, que é influenciada positiva ou negativamente por fatores políticos, económicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos.

De acordo com esta perspetiva, e considerando a organização do sistema de saúde português, cumpre às autarquias um papel central na promoção da saúde e qualidade de vida dos seus habitantes, seja no proporcionar de melhores condições ambientais e sociais, seja na colaboração ativa e concreta com o Serviço Nacional de Saúde (SNS). A melhoria das condições de habitação e a reorganização das infraestruturas e da vida urbana são parte integrante da estratégia para um concelho saudável.

Assim, e dada a extensão e as características socioeconómicas da população do concelho, a autarquia deverá reforçar os esforços para desenvolvimento de comunidades mais saudáveis, através de uma abordagem segundo o paradigma da Saúde em Todas as Políticas, orientando a política municipal para a promoção da saúde e bem-estar das pessoas, no respeito pela Agenda 2030 e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, com que Portugal se comprometeu.

Além disto, importa garantir condições de acesso das populações aos serviços de saúde de qualidade. O Bloco de Esquerda de Sintra tem-se empenhado na defesa do Serviço Nacional de Saúde público, universal e gratuito, propondo a construção de novas unidades no concelho e o alargamento dos serviços existentes.

Em Sintra, apesar das melhorias verificadas na última década em termos de infraestruturas, a rede de unidades de saúde do SNS e os recursos humanos disponíveis não têm sido suficientes para responder às necessidades de um território extenso, marcado por uma expansão pouco planeada e com uma população crescente. O esforço do município para conferir dignidade aos equipamentos de saúde, com a construção e renovação de centros de saúde e a abertura do novo hospital, não foi acompanhado pela administração central com a criação de condições para reter e fixar profissionais nestas unidades de saúde. Em abril de 2025 existiam cerca de 184 mil pessoas sem médico de família na área da Unidade Local de Saúde (ULS) Amadora/Sintra, uma parte considerável a residir no concelho de Sintra. O Hospital de Sintra, que entrou em funcionamento em julho de 2025, não dispõe de recursos humanos em número adequado para garantir o seu funcionamento e o reforço da capacidade de resposta hospitalar da ULS Amadora/Sintra.

Por outro lado, a transferência de competências para o município na área da saúde traz novos desafios à autarquia, merecendo ser olhada com cautela. Mais do que um modelo de descentralização coerente e promotor de autonomia e resiliência do SNS, esta transferência de competências comporta um risco de desestruturação do SNS, de aprofundamento das desigualdades territoriais e de favorecimento do setor privado, conferindo às autarquias um papel

de administrador de parte dos recursos humanos, de zelador de edificado e de fonte de financiamento para suprir as falhas da administração central.

Face às carências e às ameaças identificadas, e tendo sempre a defesa do SNS e da sua autonomia como bandeira, os e as autarcas do Bloco lutam pelo aprofundamento de uma perspetiva local para a política de saúde, integrada na política nacional de saúde e dotada de meios e recursos adequados à sua concretização. Neste sentido irão continuar a bater-se por:

- Uma **estratégia de reorganização da vida urbana**, melhorando a habitação e a mobilidade, com políticas de lazer promotoras do bem-estar.
- Participação na Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, criando estratégias locais de promoção da saúde, em cooperação com outros municípios e com a Organização Mundial da Saúde (OMS).
- O desenvolvimento de **programas de envelhecimento ativo** e de **serviços públicos de apoio domiciliário**.
- O reforço das **respostas públicas de saúde mental**.
- Criação de condições que favoreçam a **fixação de profissionais dos cuidados de saúde primários**, nomeadamente habitação a preços acessíveis e vagas em creches com horários alargados.
- **Abertura de novas unidades nas zonas mais carenciadas ou de resposta insuficiente**.
- A **criação e implementação de planos municipais de saúde oral, oftalmológica e de combate à obesidade infantil**.
- **Ampliação da rede de Centros de Planeamento Familiar** e consultas de rastreio e informação sobre doenças sexualmente transmissíveis.
- Instalação no município de **unidades de cuidados continuados e paliativos**, que deverão ter uma gestão pública e participada pela população.
- Implementação de políticas de **prevenção de dependências e de promoção da saúde, segurança e qualidade de vida dos utilizadores de drogas**, com base nas melhores práticas nacionais e internacionais: criação de estruturas de apoio social e de saúde a pessoas com comportamentos aditivos, com abertura de salas de consumo assistido, em parceria com os Cuidados de Saúde Primários, a Equipa Técnica Especializada de Tratamento de Agualva Cacém e os Serviços Sociais.
- Promoção da literacia e da participação dos cidadãos e cidadãs na saúde, através de campanhas

de informação e de promoção da saúde e do seu envolvimento na tomada de decisão sobre a sua saúde e sobre urbanismo saudável.

O último mandato autárquico foi marcado pela pandemia de COVID-19, que, para lá das questões sanitárias, pôs em evidência a extrema vulnerabilidade socioeconómica que assola o concelho. Tal vulnerabilidade revelou-se um dos principais determinantes da evolução epidemiológica a nível local. A autarquia teve um papel importante na coordenação da resposta sanitária e no apoio às unidades do SNS, hoje agregadas na ULS de Amadora e Sintra, bem como às corporações de bombeiros ou às estruturas residenciais para pessoas idosas.

A experiência de combate à pandemia em Sintra demonstrou a importância das políticas públicas e do SNS para responder à emergência sanitária, bem como a necessidade de reforçar medidas para melhorar a qualidade de vida dos e das munícipes, alertando também para a necessidade de manter atualizado e em prontidão um plano de atuação e meios para responder situações de emergência que, no futuro, venham a surgir.

2.6. SEGURANÇA PARA TODA A GENTE

Ao longo dos últimos anos a perceção de insegurança no município de Sintra tem vindo a crescer, apesar dos dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) mostrarem que o aumento da criminalidade é pouco significativo, mostrando ainda que a relação entre número de crimes comunicados às autoridades e a dimensão da população coloca o município longe daqueles onde o problema é maior.

No entanto, a insegurança é um tema recorrente no debate autárquico, mesmo que pouco se fale dos problemas que, segundo as estatísticas oficiais, estão a crescer no concelho, como a violência doméstica e no namoro, a insegurança rodoviária ou os problemas relacionados com a segurança ambiental.

Embora os problemas sejam reais, a perceção relativa à insegurança tem crescido devido à deriva populistas da direita e da extrema-direita, que alimentam discursos incendiários, assentes numa retórica de medo e em pressupostos racistas e discriminatórios, para justificar discursos e propostas populistas e demagógicas que, a prazo, irão resultar em situações de conflitualidade e insegurança. Além da exigência de mais controlo policial, a única solução destes partidos é a criação de uma rede de videovigilância, medidas que, apesar de percecionadas como eficazes, não atacam as causas da insegurança.

O debate sobre a segurança não pode limitar-se a propostas securitárias, centradas no autoritarismo e geradoras de discriminação. Uma política autárquica promotora da segurança tem de passar pela prevenção de conflitualidade, pelo combate ao sentimento de insegurança e pela criação e reforço de contextos e espaços onde a liberdade e a cidadania podem ser exercidas. Tem ainda de passar por um reforço da limpeza do espaço público e pelo reforço dos serviços e dos transportes, para que quem os utiliza tenha respostas de qualidade e se sinta mais confortável. Assim, o Bloco de Esquerda defende:

- **Prioridade à requalificação urbana** das zonas mais desqualificadas do concelho, com incremento das funções económicas locais, **determinante na valorização da coesão social**.
- Dinamização da vida social, fomentando iniciativas de animação sociocultural e o funcionamento do comércio até mais tarde, de modo a incrementar a presença na via pública, no respeito pelas normas do ruído e do direito ao descanso.
- A abertura de **escolas e outros equipamentos públicos aos fins-de-semana** para promover atividades culturais e desportivas promotoras da coesão social.
- Investimento em **equipamentos e infraestruturas públicas de natureza desportiva.**
- Melhoria da **iluminação pública, passeios livres de carros**, manutenção do mobiliário urbano e limpeza das vias públicas.
- Integração entre políticas urbanas e políticas de segurança pública.
- **Policiamento de proximidade**, em particular nas zonas de risco e estações de comboios, privilegiando as intervenções de dissuasão e de prevenção.
- Reforço do programa **Escola Segura** em todo o concelho.
- Um Conselho Municipal de Segurança mais dinâmico, com reuniões regulares do seu plenário.
- Atualização dos Contratos Locais de Segurança através de uma maior participação da população e das organizações sociais (IPSS e ONGs) na sua discussão e monitorização.

2.7. UM MUNICÍPIO COMPROMETIDO COM O BEM-ESTAR ANIMAL

O poder local tem uma grande responsabilidade na garantia do bem-estar animal, cabendo aos municípios um conjunto alargado de competências relativas aos cuidados com de animais de companhia, errantes e assilvestrados, principalmente na perspetiva da garantia da saúde pública.

Sintra tem um regulamento de municipal relativo a estas matérias que, tendo sido desenhado com o contributo ativo do Bloco de Esquerda, contempla medidas importantes para o bem-estar animal, verificando-se necessidade de maior empenho político na sua implementação e de mais recursos para a sua persecução. O Bloco compromete-se ainda com as seguintes medidas:

- **Reforço dos meios do Gabinete Médico Veterinário Municipal**, permitindo uma maior capacidade de intervenção no concelho e melhorar a resposta ao público.
- Desenvolver parcerias para **facilitar o acesso pelos munícipes a sessões de treino e educação de cães**, nomeadamente das raças consideradas perigosas.
- **Reforço do apoio e a associações que trabalham com animais**, alargando as parcerias com os serviços veterinários do município de modo a alargar a capacidade de resposta em todo o território.
- Reforço das campanhas de sensibilização para a defesa dos direitos dos animais.
- Sessões de esclarecimento em escolas sobre o que é ter um animal de estimação, linguagem de cães, importante também para evitar que as crianças sejam mordidas, e bem-estar de animais domésticos.
- Esterilização gratuita de animais de companhia.
- Disponibilização gratuita de desparasitantes internos e externos, por serem uma questão de saúde pública.
- Construção de abrigos para animais de rua e de pombais contracetivos para controlar a população de pombos sem recorrer à captura ou a contracetivos prejudiciais à saúde dos animais.
- Manter a política de dificultar a instalação de circos com animais e reforçar medidas para impedir a realização de espetáculos que impliquem sofrimento animal, nomeadamente ao nível do licenciamento e concessão de apoios para a sua realização.
- Aumentar o número de dispensadores de sacos, biodegradáveis, para dejetos de animais
- Ampliação da rede de parques caninos e reforço da sua gestão, de modo a reduzir os frequentes conflitos entre cães e mal-entendidos entre donos.
- Criação de uma quinta pedagógica no concelho de Sintra com um santuário para animais de quinta resgatados de situação de maus-tratos e/ou abandono.
- Estudar a criação de cemitérios e/ou crematórios municipais para animais de companhia,

garantindo um serviço acessível e digno para as famílias e contribuindo para práticas sanitárias responsáveis, em articulação com normas ambientais e de saúde pública.

Todos os eleitos do Bloco denunciarão atividades que utilizem animais para diversão humana (garraiadas, por exemplo) apoiadas pela CMS ou juntas de freguesia.

3. DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA, CULTURA E TURISMO

3.1. DESPORTO, ATIVIDADE FÍSICA E DE LAZER

O desporto e a atividade ao ar livre são práticas enraizadas e crescentes entre a população de Sintra, que se traduzem na forma como milhares de pessoas ocupam o espaço público e as zonas verdes do concelho com atividades de lazer e na grande adesão a iniciativas de desportivas. Além da prática amadora com fins de lazer e manutenção, há um grande número de atletas de competição que, vivendo e treinando nos clubes do município, alcançam sucesso no país e no mundo.

No entanto, faltam equipamentos desportivos, os existentes não são de fácil acesso e há muito a fazer no campo da promoção da fruição da natureza e dos espaços verdes. É, por isso, necessário manter e reforçar o apoio aos pequenos clubes e associações com trabalho meritório, no sentido de potenciar a prática saudável do desporto e da atividade física como veículos de promoção de igualdade e combate à exclusão social. Importa também incentivar a adaptação do espaço público para o usufruto quotidiano e prática desportiva, estimulando a ocupação e usufruto de ruas, praças, parques e zonas naturais como via para promoção de hábitos saudáveis e de laços entre as comunidades e com o património.

Os eleitos e as eleitas do Bloco de Esquerda comprometem-se com:

- Dinamização do **Conselho Municipal de Desporto**, órgão destinado à promoção e divulgação das atividades desportivas do município, promovendo a articulação de agentes desportivos, serviços camarários e órgãos autárquicos.
- Criação de um **Gabinete Municipal de Apoio aos Atletas de Alta Competição**, responsável por promover apoio económico para a competição no exterior, acompanhamento escolar dos e das jovens atletas e a mediação com as entidades patronais dos e das atletas com outra atividade profissional.

- **Alargamento do uso das instalações desportivas escolares** para uso das populações fora do horário de funcionamento das escolas.
- Criação de oferta de diferentes modalidades desportivas pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, a preços reduzidos para os e as munícipes.
- Apoio aos agentes desportivos no âmbito de **contratos-programa transparentes**, plurianuais, estabelecidos com base em objetivos claros, avaliados anualmente, em particular quando se discuta o seu prolongamento.
- **Fomentar a prática desportiva das pessoas com deficiência**.
- Defender mais apoio à **transformação do espaço público no sentido da promoção da atividade física e do lazer,** pugnando pela criação e manutenção de zonas de lazer, caminhos pedonais e ciclovias, equipamentos ao ar livre para prática desportiva.

3.2. Cultura: Dar mais vida ao Município

A cultura é um pilar fundamental da nossa democracia, é um bem comum e com o potencial para transformar e edificar uma comunidade mais participativa, mais criativa, mais próxima e mais apta para lidar com os desafios que enfrentamos, promovendo a integração - um antidoto contra a política de ódio e contra o medo do desconhecido.

Sintra tem procurado afirmar-se como polo cultural de excelência na Área Metropolitana de Lisboa e no país, nomeadamente através da promoção do património classificado pela UNESCO, da realização de iniciativas com projeção mediática e da consolidação do Centro Cultural Olga de Cadaval como sala de espetáculos de referência. A rede de espaços, equipamentos e iniciativas tem vindo a ser alargada, verificando-se, no entanto, a manutenção de uma prática centralista na programação cultural e na divulgação das iniciativas.

Embora a dinâmica cultural e associativa seja forte e plural, e o trabalho dos agentes locais seja, cada vez mais, reconhecido, a política de apoios à criação cultural tem sido errática, com atrasos na programação e na decisão sobre financiamento ou cedência de recursos. Num concelho com uma dimensão humana e cultural tão extensa e diversificada, há ainda muito por fazer para incentivar a troca de experiências e a circulação da cultura que é produzida localmente, abrindo e diversificando espaços e criando oportunidades para que, cada vez mais, os agentes locais tenham acesso ao palco principal e possibilidade de apresentar o seu trabalho, nomeadamente os jovens.

Há ainda que dar espaço e disponibilizar meios para que novas iniciativas, dinâmicas e centralidades de prática cultural se afirmem, para que os e as munícipes possam desenvolver e mostrar a sua criatividade, para que as diferentes expressões artísticas e culturais sejam motivo de partilha, inclusão e pertença, de valorização, de ligação à terra onde se vive, de encontro e convívio entre toda as comunidades.

Importa, pois, investir mais em programas culturais democratizados e participados, garantir diversidade de propostas culturais, a sustentabilidade do setor, bem como apoiar e dinamizar projetos que visem a participação ativa das comunidades. Sintra não pode passar de centro cultural de elites a centro comercial de culturas. Democracia e pluralidade de oferta, bem como a capacidade de receber e criar públicos, devem ser os princípios orientadores da política cultural da Câmara Municipal.

O Bloco de Esquerda defende a revitalização do espaço público, promovendo a sua ocupação e dinamização em prol da comunidade, da cultura e do lazer. Assim, propomos medidas como:

- Definição de um **Plano Estratégico para a Cultura** que estabeleça os objetivos da oferta cultural em Sintra e fomente nas escolas a formação e fruição cultural desde a infância.
- Reforço do papel do **Conselho Municipal de Cultura** enquanto órgão consultivo da Câmara e espaço onde os agentes culturais tenham voz ativa na definição da política cultural.
- Reforço de uma política cultural de apoio aos agentes locais, que privilegia **contratos programa plurianuais para apoio à atividade e/ou para gestão de espaços culturais e sua programação** pelos agentes culturais, garantindo apoios com antecipação e promovendo o combate à precariedade laboral no setor.
- Maior envolvimento dos agentes culturais na produção de eventos, responsabilizando os serviços camarários pelos apoios técnicos e de divulgação.
- Dinamização de uma **agenda cultural** que agregue toda a oferta cultural do município, com divulgação em suporte impresso, digital e em pontos de informação pelo concelho, promovendo a procura de novos públicos.
- Criação de condições para **apoio material e técnico aos agentes culturais** e a iniciativas esporádicas que vão surgindo no concelho.
- **Criação de um gabinete de apoio aos agentes culturais,** que funcione como canal de comunicação com a autarquia e preste informação e acompanhamento nos processos

burocráticos.

- Criar uma **carta de equipamentos culturais** do concelho e mecanismos para que estes possam estar ao dispor dos agentes culturais e da população.
- Dotar o concelho de uma **rede de equipamentos culturais de proximidade**, equipando as diversas freguesias com auditórios, casas da cultura, espaços para a juventude e espaços de acesso livre à Internet.
- Criação de espaços de cultura, onde seja possível desenvolver atividades culturais a nível individual e associativo.
- **Descentralização** das iniciativas culturais, levando-as a todas as freguesias.
- Criação de um **passe cultural para os/as habitantes do concelho** poderem aceder gratuitamente (em moldes a delinear em conjunto com os agentes culturais) ao património de Sintra todos os dias (não apenas ao domingo) e à oferta cultural, o que irá promover a procura.
- **Alargamento da rede de bibliotecas municipais** a todas as freguesias do concelho e criação de uma rede de leitura municipal, que articule os espaços municipais com as escolares e permita desenvolver iniciativas para promover a leitura.
- Abertura das **escolas fora do seu horário de funcionamento** (fins de tarde/noites e fins de semana) para atividades desportivas, de lazer e culturais, agilizando a cedência destes espaços numa lógica de usufruto gratuito. Ganham-se equipamentos, provocam-se sinergias.
- **Dinamização dos mercados municipais** e alargamento do seu horário de funcionamento, promovendo não só o comércio e a gastronomia de produtos locais, mas também tornando-os locais de convívio e de experiências culturais.
- Alargamento dos **horários dos equipamentos existentes** (nomeadamente Museus e Bibliotecas), promovendo a criação de horários noturnos e a ampliação dos horários de funcionamento ao fim de semana.
- **Inclusão das comunidades de origem migrante no panorama cultural concelhio**, para uma partilha de experiências e modos de vida que promovam a integração e o respeito pela diferença.
- **Mobilização dos saberes dos seniores**, identificados como figuras de referência nas diversas áreas, para enriquecimento de projetos locais sejam culturais, recreativos ou educativos, como as bibliotecas municipais e os teatros.
- Reforçar o **apoio às Universidades Sénior**, estruturas de indiscutível importância no

envelhecimento ativo e no tecido social, e promover a participação dos mais velhos.

- **Ampliação de iniciativas como mercados temáticos, feiras e festas de rua**, promovendo a sua realização nas grandes cidades e vilas do concelho.

3.3. TURISMO: TRANSFORMAR A VIDA DEFENDENDO PAISAGENS

A paisagem e o património humano e edificado de Sintra são as suas maiores riquezas. Como tal, não têm preço e não devem ser reduzidas à mera lógica comercial. Sintra não pode continuar a ser encarada como uma simples marca, destinada a ser consumida e vendida.

A uma prática de massificação, privatização e limitação do acesso pela imposição de altas taxas, é preciso responder com uma política que defenda o direito de acesso e usufruto da paisagem e património enquanto bem coletivo, aliando os interesses de quem habita o concelho com os de quem vive do turismo.

À Autarquia compete intervir para racionalizar uma oferta turística que assenta na sobre-exploração de alguns espaços em detrimento de outros, que apesar do seu potencial, não são aproveitados. Todas as zonas turísticas vivem sob a pressão do lucro, pelo que se torna indispensável responder com medidas que promovam o turismo responsável e o ecoturismo.

Se o turismo é uma atividade importante no concelho, a aposta não pode passar pela sobrelotação da vila de Sintra de turistas, enquanto se desprezam outras zonas de interesse ou se edificam hotéis de luxo e campos de golfe apenas para uma determinada classe de visitantes ou, de forma encapotada, de novos moradores.

Também por isso, mas sobretudo pelo seu valor intrínseco, há que continuar a dinamizar a Sintra que está fora do roteiro comercial. Para alterar os dados de uma equação em que de um lado temos a Sintra turística, que não é vivida, apenas visitada, e do outro a Sintra habitada pela maioria da população do concelho, e que resulta na degradação do ambiente e do desconhecimento do património.

Nas zonas rurais, onde a descaracterização é uma ameaça constante, importa apostar numa oferta turística baseada no ecoturismo e no turismo rural que valorize e dinamize os espaços naturais das quintas e aldeias e os recursos existentes, potenciando-os, e, ao mesmo tempo, preservar o ambiente.

À aposta estratégica no turismo de massas em prol do lucro dos grandes grupos, contrapomos a aposta necessária nas pessoas, as que cá vivem e as que nos vêm visitar. O turismo de qualidade só pode crescer onde exista vida com qualidade e onde as populações sintam que é seu o que têm para dar.

Este novo conceito de turismo em Sintra passa pela aposta no turismo ambientalmente esclarecido e no turismo cultural através da:

- Criação de um **observatório turístico-ambiental** para promover ecoturismo e estudar a influência do turismo no meio ambiente e suas formas de sustentabilidade económica e ambiental.
- Dinamização de **rotas turísticas alternativas** que ponham em evidência o património natural e edificado, bem como a gastronomia, das diversas localidades do município.
- Reforço das **iniciativas culturais e gastronómicas** que promovam o concelho, integrando as comunidades migrantes as pessoas recém-chegadas a Sintra.
- Promoção e desenvolvimento de programas de **turismo jovem e de intercâmbio**, com atividades pensadas para os e as jovens do concelho.
- Promoção do **turismo sénior** no interior do concelho.
- **Proteção da faixa litoral e das dunas** e **reforço da oferta de equipamentos de apoio às praias.**
- **Promoção do ecoturismo e do turismo rural,** com a criação de programas de recuperação e de intervenção ambiental em conjugação com as associações locais.
- **Defesa e divulgação do artesanato** e dos produtos tradicionais (a estudar em conjugação com Mafra a criação e promoção da marca tradicional saloia e dos produtos regionais).
- **Abertura de um parque de campismo municipal nas imediações** da vila de Sintra, para acolhimento de turistas que estejam de passagem, e **a reabertura do parque de campismo da Praia Grande**, equipamento único na zona da orla costeira que, depois de anos de promessas de uma intervenção da autarquia com vista à sua requalificação, continua ao abandono.

Embora o Turismo não se restrinja à Vila de Sintra, o facto deste local ser um dos principais destinos turísticos do nosso país obriga a uma reflexão particular.

A aplicação à Vila de Sintra das medidas deste programa que se referem à requalificação e à ocupação dos centros urbanos é fundamental para garantir que o negócio não acabará por se sobrepor à vida quotidiana.

O Bloco defende ainda a aplicação das seguintes medidas:

- Reabilitação das unidades hoteleiras degradadas.
- Moratória à criação de novas unidades de alojamento local e hoteleiras na vila e zonas adjacentes.
- Restrição da circulação automóvel no centro histórico e na serra de Sintra, apostando na criação de estacionamento periférico e de ligações por transporte coletivo não poluente à zona monumental.
- Reforçar o quadro regulatório para os veículos de animação turística, limitando o seu número, estabelecendo regras claras para a atividade e fiscalizando o cumprimento.
- Criação de uma rede de bicicletas públicas, à semelhança de outros municípios.
- Dinamização de feiras e mercados no largo do Palácio da Vila.
- Construção de sanitários públicos e reabilitação dos existentes.
- Rever a intervenção do Gabinete do Património Mundial e Conselho de Opinião da Paisagem Cultural de Sintra, potenciando um mecanismo de diálogo permanente com a população residente no centro histórico e zonas adjacentes, orientado para a discussão de problemas e soluções relacionadas com a proteção do património material e imaterial, regulação do turismo e incremento da população residente.

O Bloco de Esquerda continuará a bater-se para que a Parques de Sintra Monte da Lua SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, esteja ao serviço do interesse público, promova a sustentabilidade social e ambiental, limitando a pressão turística e automóvel sobre a Serra de Sintra e respeite os direitos laborais dos seus trabalhadores e trabalhadoras. Defenderemos que a autarquia deve ser acionista maioritária da empresa e que as receitas da empresa não sejam canalizadas para a administração central, mas sim para proteger a serra de Sintra, conservar e valorizar o património cultural e melhorar a qualidade de vida da população sintrense.

4. PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

A participação cidadã na tomada de decisão tem vindo a ser apontada em documentos estratégicos de diferentes organizações internacionais, como a **ONU, OMS ou OCDE,** não apenas como **um princípio e direito democráticos, mas também como** condição essencial para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Alinhado com os princípios da agenda 2030 das Nações Unidas, o Bloco de Esquerda valoriza a participação cidadã e a transparência nos processos de decisão a todos os níveis, como por exemplo na gestão e planeamento urbano, como essenciais para a inclusão social, económica e política de todos de todos.

A promoção de mecanismos efetivos de participação cidadã é a alternativa para enfrentar o enquistamento da política e o afastamento das pessoas das instituições democráticas. É a base de um modelo de desenvolvimento alternativo, baseado sustentabilidade, na inclusão e na equidade, que requalifique o concelho, aproveitando o seu enorme potencial humano. **Como tal**, o Bloco de Esquerda defende a criação de mecanismos de participação e transparência como:

- **Orçamento participativo** em todas as freguesias e no Município com, pelo menos, 10% das verbas destinadas a investimento.
- **Fóruns** de freguesia, de cidade, municipais e temáticos. Estes fóruns são constituídos pelas forças vivas da comunidade que queiram participar, nomeadamente cidadãos e cidadãs, órgãos e técnicos autárquicos, ONGs, associações diversas e que reúnem para fazer o diagnóstico de necessidades, delinear planos para as superar e participar no processo de aplicação e monitorização do mesmo.
- Criação de **gabinetes de apoio aos e às munícipes e aos fregueses/as** em todo o concelho, nomeadamente a idosos, que disponibilizem serviços de apoio a documentação, assuntos fiscais, informação, apoio informático, entre outros, desburocratizando e aproximando a administração local e central das pessoas e das empresas.

4.1. MAIS TRANSPARÊNCIA CONTRA OS INTERESSE INSTALADOS

O Bloco de Esquerda tem-se batido, ao longo dos anos, para que a Câmara Municipal de Sintra crie

e agilize mecanismos de resposta aos cidadãos, divulgue atempada e ativamente propostas em discussão pública e facilite o acesso a documentos administrativos.

A melhor forma de combater a suspeição e a desconfiança perante a coisa pública é ter uma autarquia cada vez mais transparente e acessível, pelo que os eleitos e eleitas do Bloco de Esquerda defendem a adoção de medidas que para reforçar o papel da cidadania e a participação das populações nas tomadas de decisão, tais como:

- **Manutenção da transmissão *online* das reuniões da Assembleia Municipal e das reuniões públicas da Câmara Municipal** e listagem das gravações nos *sites* municipais de forma acessível.
- **Divulgação, em janeiro de cada ano, da calendarização de reuniões da Assembleia Municipal,** garantindo a realização de uma sessão, em média, a cada 3 semanas.
- **Utilização das redes sociais da autarquia para divulgar data e local de realização das reuniões da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal.**
- **Descentralização das sessões da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal a toda as freguesias, garantindo espaços de proximidade e diálogo com a comunidade.** Uma em cada três reuniões deve ser realizada fora da sede do município.
- **Publicação das atas das sessões de Câmara e Assembleia Municipal**, dos Planos de Urbanização e Pormenor e dos Regulamentos e de toda a documentação relativa aos projetos de loteamento ou urbanização no *site* da Câmara de Sintra, assim como os projetos sujeitos a consulta pública (e não apenas os editais).
- Realização atempada de **sessões abertas a população para apresentação e discussão de todos os projetos em discussão pública,** no local onde estes se vão concretizar
- **Colocação de pontos de informação da Câmara, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia no comércio local**, aproximando as fontes de informação dos cidadãos e das cidadãs.
- **Reforço dos mecanismos de controle interno que garantam que quem questiona a Câmara obtém respostas conclusivas e em tempo útil.**

4.2. Empresas Municipais

O Bloco de Esquerda defende como política geral de exercício de competências autárquicas a existência de serviços municipais, geridos diretamente pela Câmara. A existência do setor empresarial municipal deve ser limitada aos casos em que tal se justifique. As Empresas Municipais devem reger-se por critérios de transparência, respeito pelo interesse público e pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O Bloco de Esquerda bater-se-á, como no passado, contra o uso das Empresas Municipais como instrumento de privatização. Em nome da transparência e da prevalência do interesse público sobre o privado, os e as eleitas do Bloco defendem:

- Prestação de contas e avaliação do funcionamento da Empresas Pública de Estacionamento de Sintra, bem como das fundações de índole cultural ligadas à Câmara Municipal.
- Que a autarquia se torne a acionista maioritária da empresa Parques de Sintra Monte da Lua, passando a ter maior capacidade de decisão estratégica.
- Trabalho com direitos em todas estas entidades.

4.3. Organização administrativa do território

O Bloco de Esquerda defende o cumprimento do princípio da autonomia local das freguesias, devendo as populações ser consultadas relativamente à sua vontade, tendo em conta o respeito pela identidade e diversidade das freguesias e sua população. Por isso, e em coerência com a sua posição sobre a matéria, votou favoravelmente os processos de desagregação de 3 das Uniões de Freguesias criadas em 2013.

Embora o quadro legal que permitiu o restabelecimento de 7 das freguesias então extintas tivesse limites de aplicação e não se possa aplicar a processos que não foram iniciados, a discussão sobre a reorganização do território em Sintra deve continuar. O Bloco de Esquerda participará desse discussão e, ao nível do reajuste do mapa de freguesias, apoiará soluções que traduzam uma vontade manifestada na população e demonstrem ser úteis para uma estratégia de gestão de proximidade.

4.4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - DESCENTRALIZAÇÃO

Embora assente numa retórica de gestão de proximidade, a descentralização de competências entre o Estado e as autarquias, enquadrada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, tem-se revelado como um processo de transferência forçada de responsabilidades e de desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal e tão fulcrais como a Educação, Saúde e Cultura.

Esta passagem de responsabilidades para as autarquias, da maneira como foi pensada e está a ser conduzida, comporta o risco de, no médio e longo prazo, conduzir a degradação da resposta e desarticulação de um conjunto de serviços, bem como de gerar disparidades regionais, por falta de meios financeiros, técnicos e humanos ou de autonomia que permitam às autarquias manter e ampliar capacidade de respostas.

O Bloco de Esquerda vai continuar a bater-se pela qualidade dos serviços públicos, contra o desmantelamento de respostas ou contra a tentativa da sua privatização. Um processo de descentralização de competências só o será se for enquadrado por um projeto estratégico de valorização dos serviços públicos e de quem neles trabalha, se negociado, acompanhado de recursos e de autonomia. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe medidas como:

- Lutar para que sejam sempre **prestados serviços de qualidade a toda a população** nas áreas que foram já transferidas, ou serão de futuro, para o município, nomeadamente a educação e a saúde.
- Contratação de todos os meios para a transferência de competências pelo município não se permitindo a passagem destes serviços para empresas municipais.
- Garantir a contratação destes trabalhadores pela autarquia com contratos de trabalho na função pública, não se permitindo a precarização destes trabalhadores.
- Garantir que não existe degradação nos serviços públicos de saúde, educação, ação social, proteção civil, cultura, património, habitação, proteção e saúde animal, entre outros.

Um programa para fazer a diferença

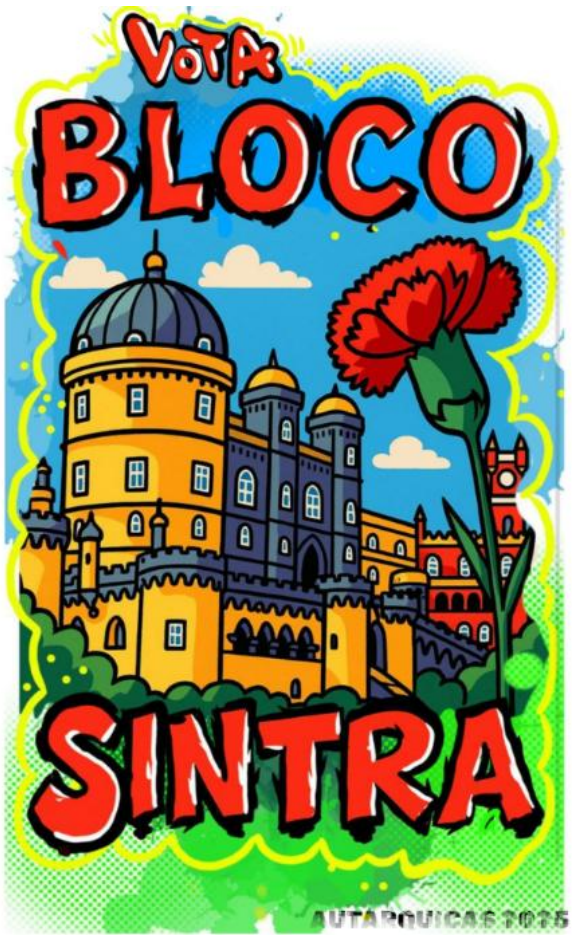
O Programa "Sintra mais Solidária e Sustentável" é o compromisso do Bloco de Esquerda de Sintra para o mandato autárquico de 2025-2029.

Construído com base na experiência de 25 anos de trabalho autárquico na assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia e no diálogo com a população e forças vivas do município, este programa apresenta propostas que, à esquerda, irão contribuir para uma transformação solidária, ecologicamente sustentável e mais participada da vida deste que é o segundo concelho mais populoso do país.

As eleições autárquicas de 2025 determinam o fim de um ciclo político liderado por Basílio Horta, marcado pela falta de vontade de diálogo com a população ou com as forças da oposição. Imune aos alertas e ao desconforto da população com o lixo nas ruas, a degradação do espaço urbano, as obras paradas e as ruas intransitáveis, as dificuldades com o transporte público, com a circulação em algumas vias ou com o estacionamento, os responsáveis pela governação refugiaram-se numa narrativa triunfalista sobre as conquistas e desvalorizadora dos problemas.

É inegável que o concelho de Sintra mudou durante os últimos 12 anos. Surgiram equipamentos e espaços verdes, a autarquia passou a controlar áreas fundamentais de que tinha abdicado ao criar empresas municipais, as contas foram saneadas. Mas muito ficou por fazer e autarquia dispõem de recursos financeiros que, com rigor e sem comprometer intervenções futuras, poderiam ter sido

mobilizados para responder a problemas que se perpetuam e para responder a necessidades imediatas da população e do território.

Inverter uma tendência de crescimento do turismo predatório, de construção de grandes superfícies comerciais e de um modelo económico de baixos salários é um desafio que temos pela frente. Como o são a necessidade de habitação, de creches, de escola com mais dignidade, de integração social ou de defesa da natureza, da biodiversidade e do ordenamento do território.

Votar no Bloco de Esquerda contribuirá para a eleição de autarcas empenhados/as na resposta à crise social e climática. Um concelho mais solidário e mais sustentável.